



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares

Ofº nº 1582/**MAP** – 12 Março 09

Exma. Senhora
Secretária-Geral da
Assembleia da República
Conselheira Adelina Sá Carvalho

S/referência

S/comunicação de

N/referência

Data

ASSUNTO: RESPOSTA PERGUNTA N.º 1187/X (4ª)

Encarrega-me o Senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares de enviar cópia do ofício n.º 344 de 11 do corrente do Gabinete da Senhora Ministra da Educação sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

Pel'A Chefe do Gabinete

Maria José Ribeiro

SMM

GABINETE DA MINISTRA


Ministério da
Educação

GABINETE DO MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES Emissão N.º 1392 Processo N.º 12/03/2009
--

Exmª Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência
O Ministro dos Assuntos Parlamentares
Dra. Maria José Ribeiro
Palácio de S. Bento (AR)
1249-068 LISBOA

11.MAR.09 00344 -

ASSUNTO: Pergunta nº 1187/X/(4ª) – AC de 11 de Fevereiro – Declarações do Secretário de Estado Adjunto e da Educação sobre a qualidade da formação de docentes

1. As declarações de S. Exa. o Secretário de Estado Adjunto e da Educação reflectem o posicionamento da equipa governativa deste Ministério que se traduz numa legítima e louvável preocupação política de melhorar a qualidade da formação dos agentes educativos que atravessa os meios educativos nacionais e internacionais.
2. Os esclarecimentos prestados por aquele membro do Governo na Reunião da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência de 3 de Fevereiro último são de uma total transparência na medida em que, de facto, *“não há absolutas garantias de que toda a formação corresponda aos padrões mínimos exigíveis”*.
3. Aliás, ao esclarecer o contexto e o sentido das declarações feitas, mantendo-as, o Secretário de Estado Adjunto e da Educação fez o que lhe competia, ou seja, zelar pela melhoria da qualidade da formação docente, alertando ao mesmo tempo, para a incontornável perplexidade que nasce da situação específica a que se referiu.

GABINETE DA MINISTRA



4. Com efeito, ocorre questionar uma realidade em que *“olhando para as formações e a origem das formações dos docentes contratados nos últimos dez anos se verifica que as duas instituições forneceram ao sistema um terço do total dos recrutados, tantos quantos todas as Escolas Superiores de Educação Públicas no seu conjunto”*.
5. Porém, conforme também taxativamente afirmou na altura o Secretário de Estado Adjunto e da Educação, *“a associação entre o facilitismo e as duas escolas não é da minha responsabilidade”*.
6. De notar, a concluir, que, tal como foi salientado no debate havido na Comissão Parlamentar de Educação e Ciência, a qualidade da formação dos docentes decorre de políticas de formação inicial exigente que devem ter continuidade temporal, sendo que devem ser assacadas responsabilidades ao PSD e ao CDS pela inoportuna extinção do *Instituto Nacional de Acreditação e Formação de Professores (INAFOP)*.
7. Por último, importa salientar que o actual Governo vem promovendo políticas de formação rigorosas, em que se enquadra, designadamente, a prova de avaliação de conhecimentos e de competências necessária para o ingresso na carreira docente, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 3/2008, de 21 de Janeiro.

Com os melhores cumprimentos,

A CHEFE DO GABINETE

(Maria José Morgado)